

O vaivém da economia

Jorge J. Okubaro

Ao divulgar, no início da semana passada, os dados sobre o emprego industrial em São Paulo, o diretor do Departamento de Pesquisas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, observou que a desaceleração no ritmo de demissões indica que o processo de ajuste está terminando. Em termos de emprego, o pior mês desde a chegada do real, há quase dois anos, foi agosto do ano passado. Agora, na opinião de Piva, a situação tende a melhorar.

A curva do emprego industrial é semelhante à do nível de atividade das indústrias paulistas. Nesta última, observa-se que, depois de um período de grande euforia de consumo e produção nos meses que se seguiram à chegada da nova moeda e à brusca queda da inflação, o governo pisou fundo no freio da economia. A atividade industrial, que em abril do ano passado registrara

um crescimento extraordinário de 17,8% sobre abril de 1994, perdeu aceleração nos meses seguintes e, depois de julho, começou a registrar queda. Em dezembro do ano passado, observou-se o ponto mais baixo da curva, com queda de 14,1% sobre dezembro de 1994. Em abril último, pela primeira vez neste ano, a atividade industrial foi maior do que em igual mês de 1995. Pode ser o ponto inicial de uma nova fase.

A história do Plano Real tem repetido o vaivém característico das políticas econômicas que sofrem forte intervenção dos governos, e que as diferenças das economias mais estáveis, que sofrem flutuações menos bruscas, pautadas pelo mercado. A intensidade das queixas do empresariado varia com elas, mas sempre com o atraso que pode ser explicado pelo tempo que essas medidas levam para fazer

efeito. Em junho do ano passado, quando era visível que as medidas de controle do crédito decididas pelo governo nos meses anteriores começavam a produzir efeitos, até o presidente Fernando Henrique Cardoso concordou com elas afirmando que os juros internos eram "escorchantes". As queixas continuaram e, há poucas semanas, empresários de todo o País foram a Brasília para pressionar o Congresso em favor das reformas e, também, para pedir um alívio no crédito.

Esse alívio, na verdade, já vem sen-

tanto na forma de dinheiro na carteira como na de depósitos em conta corrente, em decorrência da queda da inflação. O objetivo era evitar que o aumento da quantidade de dinheiro em circulação decorrente da monetização fosse canalizado para o consumo. Isso não foi suficiente, porque os efeitos positivos da estabilização sobre a renda das camadas mais pobres foi mais forte e impulsionou fortemente o consumo. Em setembro de 1994, o Banco Central aumentou a porcentagem desses depósitos compulsórios e retirou mais dinheiro de circulação.

O começo de 1995 foi marcado pela manutenção de altos níveis de consumo e pela crise mexicana, que afugentou investidores dos mercados latino-americanos. Esses dois fatores exigiram novos apertos. Em fevereiro do ano passado, o Conselho Monetário Nacional limitou as compras pelo sistema de consórcio e restringiu as opera-

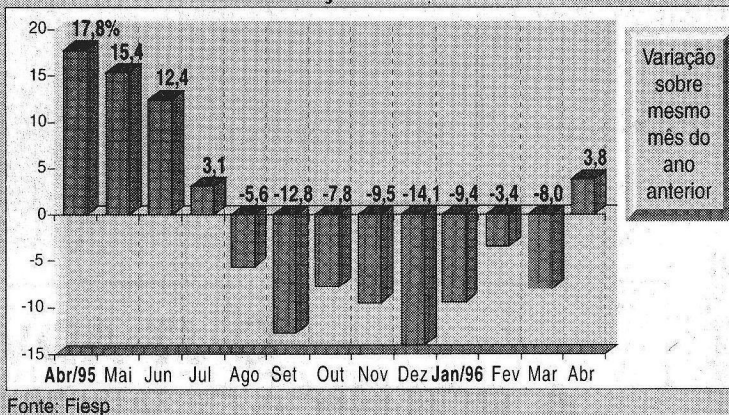
ções de leasing para veículos utilitários. Em abril, o compulsório foi mais uma vez arrochado e subiu o IOF para crédito pessoal. Ao mesmo tempo, o Banco Central elevou os juros.

Desde então, as restrições ao crédito vêm sendo eliminadas. De tempos em tempos, o governo anuncia um novo alívio nos compulsórios que instituiu na fase de aperto. Os prazos para as vendas a prazo foram sendo ampliados gradualmente, até a liberação total, decidida no final de abril deste ano. O IOF, que subiu para encarecer os financiamentos, também vem baixando. Os juros estão diminuindo gradualmente.

Se tudo ocorrer como prevê o diretor da Fiesp, Horácio Lafer Piva, daqui para a frente a atividade industrial passará a registrar os efeitos desse alívio gradual da política monetária.

Indicador do Nível de Atividade Industrial

Ind. de Transformação — Estado de São Paulo



do dado há bastante tempo, mas só agora seus efeitos são mais visíveis nos dados sobre produção e consumo. Desde a introdução do real na economia, o governo vem manejando os instrumentos monetários — juros, disponibilidade de recursos para o sistema financeiro aplicar em empréstimos, condições de financiamento — para tentar controlar o consumo, cuja explosão colocaria em risco a continuidade do programa de estabilização. Há, nitidamente, dois momentos: o de aperto e o de alívio. O primeiro foi forte; o segundo está sendo gradual.

O Plano Real já começou com restrições monetárias, basicamente o recolhimento ao Banco Central de todo o crescimento dos depósitos à vista que ocorreria por causa do fenômeno da monetização — isto é, maior aceitação de moeda por parte do público,